Reposta de 30 de Abril de 1830 — No. 24. Junho

Esta Lamara em Sessão de 8 de Julho do anno p.p. de 1829 pedio a S. Exª. haver promptificado a Carta para a inquirição de testemunhas nas Cauzas crimes na forma determinada por S. Exª. em Aviso de 6 de Março do mesmo anno, e Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça de 9 de Março do dito anno pedido; emquanto ao Cartorio judicial S. Exª. esclarecimento sobre o pagamento da dita Carta, se devia ser feito pelo rendimento desta Camara, ou do pelo Cofre da Caixa Publica, como athe agora tem sido; e tendo sido deferido aquelle esclarecimento, na inteligencia de S. Exª. dito esclarecimento, sem duvida foi em tudo favoravel de hum semelhante objecto, porque não deve depender dos seus rendimentos com aquelle não por legitimamente de sua attribuição; assim como alem disso para alem haver de pagar ao Proprietario da dita Carta o aluguer dos dias de o tempo de sua ajuntamento apprezente, em duvida, se deva ou não de sua competencia. E tem acerca

dim de representar a V. Exª, que em tão nada lhes torna de inutil ao fim para que se tê dy tinnada, porque o Inquirido uero nem hú tem feito delle. Dy a V. Exª Villa de Sobral em Sessão ordinaria de 11 de Abril de 1830 11

Illmo e Exmo Senhor

Mano el Joaquim Pereira da Silva,

Presidente da Provincia do Ceará

D. Q. de

Fran.co Xav.r Gomes C.

Francisco de Paula Pessoa

José Bar.to Augusto de Sabóia

Raymundo Anto.o de Mello

Estevão Fern.s da Costa

Vendo eu ta lamara de arrecadar a importância Voluntaria de Cincoenta mil reis, q.e foi applicada ao Seu rendimento pela Camara, que exerce o lugar de Juiz de Fora desta Villa, de 24 de Junho deste anno, se lhe offerece alguã duvida sobre a arrecadação dessa quantia della resulte algũ prejuizo ao rendimento da mma lamara, em tal caso pede seja tomado em consideração mais seguro, mais conveniente he, que o Administrador de Alfandega desta Cidade do Porto haja de arrecadar a referida quantia de que trata a Copia do manifesto da carga de que vem carregado o Navio Portuguez Nossa Senhora da Conceição, que entrou neste Porto, e se acha surto defronte desta Villa, para ser remettida a quem pertencer, e quando lhe pareça justo, e conveniente ordenar-se ao dito Administrador a entrega da copia do referido manifesto, tudo na forma, que houver de convir em beneficio do Real Serviço deste Porto. Pede a Vossa Excellencia se sirva dar as ordens, que julgar necessarias, e convenientes, para que se faça a entrega, que pede, e que fica referida, e que tudo seja na forma, que Vossa Excellencia for servido mandar, e ordenar, que he justiça, que pede, e espera receber de Vossa Excellencia. Porto, e Secretaria do Governo Civil do Porto, e Ilha Terceira, aos 25 de Junho de 1830. O Juiz de Fora Presidente da Camara desta Villa da Praia, e Governo. O Juiz de Fora Presidente da Camara desta Villa da Praia, e Governo, em Sessão ordinaria de 17 de Julho de 1830, nomeou a Pessoa, que julgou conveniente

Do Sr. presid.

Illmo e Exmo Senhor

Manoel Joaquim Ferreira da Cª

Presidente da Provª do Pará

José Bar Augusto de Sabóia Pereira

Francisco de Paula Vieira

Bento Gomes Belém

Custodio Fort. de Miranda

Filippe Rob. de Sá

resposd.ª a 11 d Outubro de 1830

Illm.º e Ex.mo Senhor Provedor

Deputado nosso Provisão de 26 de Abril de 1813, ex-
pedida a Junta da Fazenda Publica da Provincia da
Bahia, dispõe ao arbitrio da Junta o dispensar aquel-
les, que se qualificarem com taes provas, que não ver-
são com absoluta evidencia, attendido o officio do-
cumentado, e Ordem do mesmo Senhor, que
lhes permitte, ou Ordene, que se dispensem quaes-
quer taes provas, que haja dado, ou dem
haver cumprido para matricularem-se no Hospital
da Villa da Cachoeira, dita Provincial, e de que
se trata, e tomando na devida consideração
as razões de Beneplacito, em que fundam, que
se dispensem, e Ordene, que se matriculem
os ex-Soldados, que se trata, prestando-
lhes assistencia, e curativo, providen-
ciado pela Junta exposta Relação, que
com o officio do Presidente da Villa
da Cachoeira, dirigido em data de 27 de Julho
do anno proximo passado, e Sua Majestade Imperio.
do 1830, manda a Junta dar-lhe.

Deos Guarde a Vossa Excellencia.

José Delgado Silva.

José Bonifacio de Andrada e Silva.

Octaviano Maria da Rocha.

Diogo Gomes Pereira.

Francisco de Santa Anna.

Felipe Rivera Calleja

Rufino Fuentes de Mendoza

M. e Exp. Snr. Presidente

No acto da presente Sessão foi recebido, e visto o Officio de V. Exc.ª dirigido á esta Camara em data de 10 de Dezembro proximo passado, acompanhado de requerimento, e documentos de Ignacio Jose de Mello, e outros, em que injustamente se queixão da mesma, por consentir na tapagem de hum beco mui estreito, e immundo, que existia no fundo dos quintaes de casa de Sancha Pintado, e da em que mora Antonia dos Reis. Sobre o que passamos a informar a V. Exc.ª, que he incompativel com o alinhamento, e formosura desta Povoação o abrir-se o beco em questão; por isso mesmo, que sendo em hum quarteirão, que deve fazer frente nos Lados, ficaria disforme com a abertura de hum beco quinho; o que em parte alguma se tolera; tanto assim que, sem referir exemplos de grandes Povoações, observa-se isto aqui, e mesmo nesta Capital, onde nos lugares, em que ha quarteirões, nunca se deixão becos para

D. em 6 de Janr.º de 1830

para Salida de quintaes; e com tudo os
dos Supp.es tem Salida franca, pois que nos
seus fundos existe desempeçado o terreno cor-
respondente, onde até agora senão tem eri-
gido caras; / e cremos, que os Supp.es, pelo que
tem obstinadamente questionado, não contes-
tarão, que se levantem casas nos fundos de
seus quintaes! / Somente a casa do Supp.e San-
cho Furtado, que faz quina, e deita o beco que
tal em linha recta ao fundo do quintal da
casa daquella Antonia dos Reis, que tão bem
faz quina correspondente na outra rua,
foi que unio o fundo do seu quintal com o
daquelle outro. Nogue esta Camara annuio,
não só pela informação do Fiscal, que trans-
mittimos inclusa, como por conhecer, que a ex-
istencia de tal beco não era de forma alguã
util ao Publico, mas antes prejudicial pe-
las razoens indicadas em onozo despacho
de 2 de Junho ultimo. Esta Camara não
duvida, que pessoas malintencionadas, que

Illmos Snrs da Camara.

Em virtude do despacho de 18 do 2o do Corrente mês, lançado no requerim.to de Ignacio José de Mello, e Hyppolito Bento Brandão, e Maria Laurença de Livramento, relativo ao tapage de hum beco, que existia entre os fundos das quintas das Cazas de Antonia do Rêa, e de Sancho Fructado de Mendonça, q. g.m foraõ impedidos, e demais transitarem por elle, em razaõ da Cerca, q. augmentara do dos quintal, unindo com o daquella Cazinha, sou a informar a V.Ss que o beco em questaõ só poderá dizer-se para commodidade de particulares dos dous, que se servem delle, fundo de duas quintas, mas em actividade publica, q. nunca houve frequentação quasi faz-se delle, pois dentro em sete condrijos, e huma capitania de quarenta immundicies há, que de toda a circumvizinhança ali são lançados, q. de outra cousa não deraõ, tudo in.tes para prejuizos durante a noite q. a colher, cahirem alguem em não intencionado, e assim hum beco servil, limitado entre quintaes; longe pois de dar ornamento ás vistas publicas, e perspectiva da Cerca, deguem destruir, confirmar o dito beco, segundo as razoens ponderadas, do q. a perspectiva della aberta; q. V.Ss, entrepondo como V.Ss em verdade, o meu parecer, sou de opinião, q. a pertenção dos ditos não pode ter lugar, sem embargo, do q. V.Ss mandarão como fôr de Justiça. Lisboa 23 de Junho de 1829.

Joaquim Dom.os de Sousa e Faial da Cama

Certifico, que revendo o Livro das Sessoens da Camara Municipal desta Villa, nelle a folhas duzentas e sessenta e quatro verso se acha exarada a acta da Sessão, que fez a mesma Camara em o dia vinte e tres de Junho de mil oitocentos vinte e nove, da qual consta, que tratando-se do deferimento da petição de Ignacio José de Mello, Alexandre Pinto Brandão, e Maria Lourença de Livramento, em que se queixavão sobre a tapagem de hum becco, que principia entre os fundos das quintas das casas de Santa Clara pertencentes a Mendonça, e de Antonio dos Reis, se resolveu o seguinte = Por estas razões a Camara, conformando-se com o parecer do seu Procurador Fiscal, resolveu indeferir dita requerimento, no que se deu por suspeito o Senhor Vereador Mendonça, por ser irmão do supplicado Sancho Furtado de Mendonça = E nas ditas razões contenha-se em dita resolução, que bem fielmente aqui copiei do mencionado livro, ao qual me refiro. Villa de Sobral 7 de Janeiro de 1830.

Em fé de verd.

O Secretario da Camara

Antonio Furtado de Espirito Santo.

se nutren com o fel da intriga, fomentem
esta questão acintemente, para chamar
o odioso sobre esta nossa resolução, que alias
merece a approvação de V. Exª.; por havermos
satisfeito nesta parte ao que nos incumbe
o §. 1º Art. 66. Tit. 3º da Lei de 1º de Outubro
de 1828. Somente os Supp.es, por sua conducta
desmoralizada, desejão, que atal aberta se
conserve para seus fins sinistros, não por
Zelo do bem publico, que em realidade não
tem. Assim he que esperamos, que V. Exª.
approvará esta nossa resolução, na certeza,
de que esta Camara, longe de contemplações
particulares, tem unicamente por meta de
todos os seus procedimentos o bem geral dos Po-
vos de seu Municipio. Pela certidão jun-
ta se mostra, que a assignatura do Vereador
Mendonça não foi de proposito lançada no re-
querimento dos Supp.es; mas por mera casualida-
de, na occasião em que assignava varios outros
despachos.

Deos Gde a V. Exª. Villa de Sobral em Sessão
de Camara de 7 de Janeiro de 1830.

A Rogo

1

Fr. de S.
Anan. Ser. Gomez C.
Francisco de Paula Seixas.

Filippe Ribr. da Silva
Estevão Ferreira de Castro
José B.or Augeri de Saboia

respondeu a 30 de Abril de 1830

Illmo e Exmo Senhor.

Tendo a Camara desta Villa o anno passado na primeira Sessão ordinaria de seus trabalhos organizado a Postura sobre Municipios, que já ha muito tempo, de terem sido publicadas nesta Villa no dia 8 de Abril do mesmo supradito anno, foraõ remettidas ao Conselho Provincial na conformidade do Artigo 72 da Lei de 1.º de 8bro de 1828 em 8 de Dezembro ultimo para, depois de discutidas, serem, ou não confirmadas, como já se tinha completado o anno depois de sua publicação, já ha muito, fazendo os trabalhos do mesmo Conselho, sempre tinha sabido do espirito, que tiverão as ditas Posturas, acha-se a mesma Camara em grande perplexidade; porque desejando de ir mandar executar, tem o Municipio desta Villa sem Postura por muito tempo; e se mandar por um espaço, vai de encontro com o mesmo Artigo 72 da Lei citada; e finalmente deixando ir sem execução a Lei boa ou não, deliberou em não mandar dar cumprimento dita Postura, e levar o caso ao conhecimento de V. Exa. em Conselho para dar as providencias, que julgar a bem, visto que a mesma não

do Land.to Provincial y tan mucho prolongada;
deliberando V. Exª en los Sitios nas sessoins de-
m Abril y proveendo lo q. sea atribuicao,
amigma Camara roga a V. Exª queira di-
gnar-se levar apresente representa-
çao ao Alto Conhecimento de S. M.e o Sr.
Dom Pedro 4º e Mui cujo nas ja se pode ju-
stificar q. e a Mui cujo nas ja se pode ju-
Sabor, e proveito de seus Sos Povos
Deos g.e a V. Exª
Palacio, 22 de Abril de 1830.
em Sessao ordinaria de 22 de Abril de 1830.
Vista de tudo al.

Fran.co Ser. Gomes P.
Francisco de Paula Leite
Jose Bn.o Chagas de Sabóia
Baptista Custodio Leite
Estevao Fer.a da Costa